# Nova queda no desmatamento da Amazônia vira carta na manga do governo às vésperas da COP30

Possibilidade de focar na preservação da floresta é vista como um trunfo para o Planalto

**Por Rafael Garcia — São Paulo**
31/10/2025 03h30 Atualizado agora

Presentear matéria


A região amazônica em imagem aérea: desmate recuou 11% em um ano — Foto: Fred Rahal e Idesam/Divu

RESUMO
Sem tempo? Ferramenta de IA resume para você

CLIQUE E LEIA AQUI O RESUMO

Às vésperas da COP30, o governo federal ganhou uma boa notícia para reforçar durante a conferência climática que acontecerá em Belém, dentro da Amazônia. Dados divulgados na quinta-feira apontam que o bioma registrou uma queda de 11% no desmatamento entre 2024 e 2025, na comparação com os 12 meses anteriores. A gestão petista vem recebendo críticas de ambientalistas por conta da autorização para exploração de petróleo na Foz do Amazonas, tema que também deve ser lembrado ao longo dos debates no encontro de novembro. A possibilidade de focar na preservação da floresta é vista como um trunfo.

**Com 17 novas confirmações em uma semana: COP30 alcança 149 países com hospedagem**

**COP30: Países caminham para definir em Belém cem indicadores para monitorar adaptação climática**

Em entrevista coletiva, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse "agradecer duplamente a Deus" pela notícia, que foi, de certa forma, inesperada. Os números são do sistema Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que mede a taxa de desmate por satélite em um período anual — no caso, o "ano fiscal" analisado foi de agosto do ano passado até julho último. Já o sistema Deter, que mede o desmate em tempo real, não sinalizava a mesma tendência, apesar de ser mais impreciso.

A Amazônia perdeu 5.796 km² para o desmatamento no recorte considerado, contra 6.288 km² registrados na análise anterior. Foi a menor taxa já registrada em 11 anos, em uma sequência de quatro anos consecutivos de queda.

Numa perspectiva histórica, os números atuais do desmate estão entre os mais baixos desde 1988, quando começou o monitoramento por satélite. As cifras ainda são altas demais, porém, quando se leva em conta o seu peso nas emissões de $CO_2$ do Brasil e a promessa do país de zerar a derrubada de floresta até 2030.

— Quando alguém diz que o Ministério do Meio Ambiente é um ministério "ideológico", é importante lembrar que nunca existiu tanta ciência quanto existe hoje para se alcançar esse resultado — afirmou Marina Silva. — Tudo se reveste de muita dignidade e competência, e não existe pirotecnia aqui. A gente não quer se enganar.

Além da retração na Amazônia, houve queda no desmatamento do Cerrado, que caiu também em 11% de um ano para outro. No período 2024/2025, foram desmatados 7.235 km² neste bioma, caracterizado por vegetação de savana, contra 8.174 km² no período anterior.

## 'Nem nos melhores planos'

Na Amazônia, o Prodes registrou sua marca mais alta em 2004, quando 27,7 mil km² foram desmatados. Entre as baixas históricas, o melhor resultado já alcançado foi de 4,5 mil km² de devastação, em 2012.

O desmate na Amazônia Legal vinha crescendo desde 2015 e chegou a 13 mil km², em 2021. O índice só voltou a cair no último ano do governo de Jair Bolsonaro, em 2022, com a marca de 11.594 km² — ainda assim, o dobro da atual.

— Nem nos melhores planos eu imaginaria que chegaríamos neste ano a uma redução de 50% no desmatamento, em comparação a 2022 — pontuou Marina, destacando o que classificou como um "apagão de política" ambiental durante a gestão anterior.

A queda recente na taxa de desmate, entretanto, ocorreu em um período difícil para o bioma em termos de queimadas. A região sofreu, em 2024, o maior número de incêndios em 17 anos, após a região enfrentar uma prolongada seca que durou vários meses. O papel do fogo vem aumentando em relação ao de "corte raso" no desmatamento, representando agora 38% da área perdida, contra 7% em 2022.

— Se não tivéssemos tido esses 2.202 km² de desmatamento por degradação progressiva agora, a taxa atual apenas pelo corte raso teria sido a menor do histórico desde 1988 — destacou João Paulo Capobianco, secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Os estados que responderam pela maior taxa de desmatamento neste ano foram também os três maiores da região: Pará (36,2%), Mato Grosso (27,1%) e Amazonas (17,5%). Em todos os estados da Amazônia Legal, porém, a taxa de perda de floresta caiu, com exceção do território mato-grossense, onde cresceu 10%.

No Cerrado, a região mais preocupante é a que engloba o Matopiba (área de divisas entre os estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), que respondeu sozinha por mais de 80% da devastação.

Na Avaliação de André Lima, secretário extraordinário de Controle do Desmatamento do MMA, a queda no desmatamento se deve ao aumento nas ações de fiscalização e a um programa do governo federal para atuação na ponta. Desde 2023, a União fez parceria com 70 municípios-chave para fortalecer ações locais de monitoramento.

Um grupo menor de 11 cidades não quis aderir ao programa, que vem implementando escritórios municipais de governança ambiental. Marina admitiu, porém, a preocupação de reforçar os trabalhos de fiscalização para 2026, porque em anos de eleição, tradicionalmente, o poder público local tende a ceder a pressões e fazer vista grossa para ações de desmate ilegal.

## ‘Momento ideal’

Já ONGs ambientalistas que acompanharam o anúncio atribuem o resultado também à ressurreição do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), neste atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

— É importante que o setor privado acompanhe esse movimento, avançando na implementação de compromissos reais de desmatamento zero em suas cadeias produtivas — cobrou Alexandre Prado, líder de mudanças climáticas do WWF-Brasil. — Com a COP30 se aproximando, este é o momento ideal para que empresas e governo reforcem, juntos, uma agenda consistente para enfrentar as mudanças climáticas, implementando nacionalmente o compromisso de eliminação do desmatamento até 2030.

Ativistas lembraram ainda a reativação do Fundo Amazônia, que ficou paralisado de 2019 a 2023.

— Os dados divulgados hoje pelo governo federal reforçam a urgência e a importância de financiamento estruturado e contínuo para a proteção das florestas — disse Mauricio Bianco, vice-presidente da Conservação Internacional (CI-Brasil). — Mecanismos como o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) e outros instrumentos de financiamento climático, incluindo mercado de carbono, que devem pagar por créditos de alta integridade para a natureza, são fundamentais.

A ONG Greenpeace avaliou o resultado como positivo, mas ressaltou que “ainda há espaço para avanços”. Para Ana Clis Ferreira, porta-voz da frente de Desmatamento Zero da organização, “é fundamental estabelecer salvaguardas permanentes e institucionalizadas, que não dependam de ciclos ou disposição governamental, além de assegurar a implementação de planos de ação robustos para períodos de maior vulnerabilidade climática”.

O Observatório do Clima, que reúne mais de 130 organizações, aponta que a terceira menor taxa de desmatamento da história “é uma conquista da sociedade brasileira e merece ser comemorada”. A rede, no entanto, aponta também dois alertas: as reduções ficarão mais difíceis daqui para a frente e mais dependentes de

alternativas econômicas hoje ausentes, com a necessidade de estender o controle nas emissões de gases de efeito estufa a outros setores.